



PROJETO DE LEI

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis, e altera o Anexo único da Lei 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis/SC.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº Lei 18.278, de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**MÁRIO MOTTA**  
Deputado Estadual

ANEXO ÚNICO  
(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

ANEXO ÚNICO  
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....	.....	.....
<b>Florianópolis</b>		<b>LEIS</b>
.....	.....	.....
	Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.	
.....	.....	.....

(NR)

Sala das Sessões,

**MÁRIO MOTTA**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina – SINPCI-SC, em reconhecimento às relevantes atividades que desenvolve em benefício da sociedade catarinense.

Embora tenha como finalidade a representação dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica, a atuação da entidade vai além da defesa dos interesses da categoria. Ao longo de sua atuação, o Sindicato tem promovido estudos técnicos, pesquisas, ações de qualificação profissional, produção e divulgação de conhecimento científico, além de contribuir com propostas voltadas ao aperfeiçoamento da Polícia Científica e da prestação dos serviços públicos por ela desempenhados.

Suas iniciativas refletem diretamente na melhoria da qualidade dos serviços periciais, da identificação civil e da medicina legal, áreas essenciais para a promoção da justiça, da segurança pública e da garantia dos direitos dos cidadãos.

Assim, considerando a relevância social das atividades desenvolvidas e o atendimento aos requisitos previstos na legislação estadual, a presente proposição busca reconhecer oficialmente a contribuição do SINPCI-SC para o interesse público, razão pela qual se espera o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

**MÁRIO MOTTA**  
Deputado Estadual



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Mario Pinto da Motta Junior**, em 02/07/2026, às 10:47.

---